

PORTARIA Nº 2.410/2025

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE RESOLUÇÕES EXARADAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através do Decreto nº 35.571/2025, tendo em vista o que consta no processo nº **98497/2025**,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar as **Resoluções nºs 295 e 296**, datadas de 18 de novembro de 2025, em anexo, exaradas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Cachoeiro de Itapemirim.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 10 de dezembro de 2025.

EDER BOTELHO DA FONSECA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social (Interino)





Instituído pela Lei Municipal nº5174, de 25.05.2001, alterada pela Lei nº7053, de 29.08.2014
Av. Nossa Senhora da Consolação Nº 132, Vila Rica – Cachoeiro de Itapemirim – CEP: 29301-080
Tel: (28) 3511 2219

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONSEMCA

RESOLUÇÃO Nº 295, de 18 de setembro de 2025

**APROVA A AUTORIZAÇÃO E A
REGULAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
DE SERVIÇO DE CAPTADOR DE RECURSO
NO ÂMBITO DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E
ADOLESCÊNCIA NO CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE.**

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONSEMCA de Cachoeiro de Itapemirim, pela decisão de maioria absoluta do plenário, na reunião ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2025 e no uso da competência que lhe confere o Inciso IX e X, do Art. 12 do Regimento Interno.

Considerando a **Lei nº 8.069/1990** – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente o Art. 88 e o Art. 260;

Considerando a **Resolução do CONANDA Nº 137/2010**, que estabelece parâmetros para constituição e funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a **Resolução do CONANDA Nº 218/2019**, que autoriza os Conselhos a regulamentarem a possibilidade de despesas como comissionamento por captação de recursos;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a autorização e a regulamentação para contratação de captador de recurso no âmbito do FIA - Fundo da Infância e Adolescência no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CONSEMCA, do Município de Cachoeiro de Itapemirim, prevendo as despesas com a contratação de serviços de captação de recursos, observadas à disponibilidade orçamentária do FIA.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo anterior não poderão ultrapassar:

I – até 10% (dez por cento) do valor total do projeto financiado ou do valor efetivamente captado;

II – o limite máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por contrato ou projeto.



Parágrafo único: Os percentuais previstos neste artigo não se acumulam a outros valores de retenções administrativas já previstas em resoluções vigentes, devendo ser tratados de forma exclusiva para serviços de captação e por projeto cancelado.

Art. 3º Somente poderão ser beneficiados comissionamentos referentes a recursos destinados a projetos:

I – previamente aprovados/chancelados pelo CONSEMCA;

II – regularmente cadastrados no Sistema de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

III – com plano de trabalho cancelado, ativo e vigente;

Art. 4º A contratação de serviços para captação deverá ser formalizada mediante contrato ou instrumento equivalente, com cláusulas de transparência, prestação de contas e comprovação da efetiva arrecadação.

Art. 5º A aplicação desta Resolução não dispensa a observância de outras Resoluções, como: a Resolução Nº 258, de 16 de maio de 2024, que estabelece o percentual de 10% (dez por cento) de retenção para o FIA; a Resolução Nº 262, de 15 de agosto de 2024, que trata da chancela de projetos; e, da Legislação Municipal do CONSEMCA - Lei Nº 7.053/2014 e, da forma de transferência de recurso estabelecida pela Lei 13.019/2014 e sua Regulamentação Municipal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRESSA DE LIMA ROCHA
Data: 08/12/2025 15:06:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRESSA DE LIMA ROCHA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente





Instituído pela Lei Municipal nº5174, de 25.05.2001, alterada pela Lei nº7053, de 29.08.2014
Av. Nossa Senhora da Consolação Nº 132, Vila Rica – Cachoeiro de Itapemirim – CEP: 29301-080
Tel: (28) 3511 2219

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONSEMCA

RESOLUÇÃO Nº 296, de 18 de setembro de 2025

APROVA A OPERACIONALIZAÇÃO DA DVD – DESTINAÇÃO VOLUNTÁRIA DIRECIONADA NO ÂMBITO DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONSEMCA de Cachoeiro de Itapemirim, pela decisão de maioria absoluta do plenário, na reunião ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2025 e no uso da competência que lhe confere o Inciso IX e X, do Art. 12 do Regimento Interno.

Considerando a **Lei Federal nº 14.692, de 3 de outubro de 2023**, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);

Considerando a **Resolução do CONANDA Nº 137/2010**, que estabelece parâmetros para a constituição, captação e aplicação dos recursos via Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a **Resolução do CONANDA Nº 204/2018**, que trata da transparência e do controle social na gestão dos recursos dos Fundos;

Considerando a **Resolução CONSEMCA Nº 262, de 15 de agosto de 2024** que regulamenta a chancela de projetos para a entidade registrada no CONSEMCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cachoeiro de Itapemirim a captar recurso via DVD – Destinação Voluntária Direcionada;

Considerando o **Ato Declaratório do CODAR nº 24, de 18 de setembro de 2025** que trata da criação da Chave PIX vinculada ao CNPJ do Fundo emitido pela Receita Federal, que dispõe sobre o repasse de valores doados por meio da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (PGD/DIRPF) aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação/doação de recurso em conformidade com o Art. 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal Nº 8.069/1990, que poderá ser realizada por meio de:

I – Pessoas físicas, até o limite de 3% do imposto de renda devido, mediante declaração completa;



II – Pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, até o limite de 1% do imposto de renda devido.

Art. 2º A destinação/doação será efetuada por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal (DARF) ou outro instrumento oficial, inclusive através de chave pix, regulamentada pela Receita Federal, devendo a aplicação do recurso ser deliberada pelo CONSEMCA.

Art. 3º Para a validação da destinação/doação ao projeto beneficiário, o contribuinte deverá apresentar através da entidade beneficiária ou diretamente à Gestão do Fundo Municipal da Infância e Adolescência do FMDCA / CONSEMCA:

I – Cópia do comprovante de pagamento, TED, DOC, PIX, Boleto Bancário, Cartão de Crédito, QRcode ou qualquer outra forma mais moderna de pagamento de tributos;

II – A Gestão do FIA deverá emitir Recibo de Destinação/Doação, contendo identificação do contribuinte e da entidade para fins de comprovação do direcionamento;

III – A entidade tem prazo até 30 de dezembro do ano de destinação para apresentar os documentos comprobatórios;

IV – Após comprovação da destinação/doação, a gestão do FIA fará reserva dos valores captados e identificados no Fundo da Infância e Adolescência de Cachoeiro de Itapemirim para transferência à entidade em ano subsequente;

Art. 4º Somente poderão ser indicados entidades/projetos que:

I – Estejam regularmente aprovados pelo CONSEMCA;

II – Encontrem-se devidamente cadastrados no Sistema Municipal de Gestão do FMDCA;

III – Possuam Plano de Trabalho chancelado, ativo e vigente;

IV – Estejam adimplentes com as obrigações fiscais e trabalhistas em alinhamento com o MROSC (Lei Nº 13.019/2014).

Art. 5º Compete à SEMDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

I – Registrar a indicação e vincular o recurso ao projeto beneficiário;

II – Informar à entidade beneficiada, o montante captado e o prazo para apresentação de documentação atualizada para abertura de processo via Lei 13.019/2014;

III – Manter atualizado o controle e a transparência pública das destinações no portal oficial.

Art. 6º Compete ao Plenário do CONSEMCA:

I – Aprovar as destinações registradas;

II – Deliberar em casos de inconsistências ou impossibilidade de vinculação.

Art. 7º A operacionalização da DVD - Destinação Voluntária Direcionada observará, em todas as suas etapas, as diretrizes da Resolução CONANDA Nº 137/2010 e da Resolução CONANDA Nº 204/2018, bem como, o disposto na Lei Municipal Nº 7.053/2014 e suas alterações e demais normativas Nacionais e Municipais aplicáveis, principalmente, no que diz respeito a transferência de recursos, conforme a Lei 13.019/2014 e sua Regulamentação.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRESSA DE LIMA ROCHA
Data: 08/12/2025 15:06:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRESSA DE LIMA ROCHA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



Autenticar documento em <https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003700340034003200399999003400540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP
com o identificador 312000220003 que institui a estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) conforme art. 4º, II da Lei 14.1

